

ANALISE SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DAS COTAS RACIAIS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Felipe Vitório Lucero¹ (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - fe.lucero@hotmail.com)
Paulo Alberto dos Santos Vieira² (Universidade do Estado de Mato Grosso - vieirapas@yahoo.com.br)

Resumo:

No Brasil, alguns grupos sofrem com a desigualdade, enfrentar a injustiça nos sistemas educacionais do Brasil é um desafio contemporâneo. O processo histórico dos movimentos sociais em prol da inserção do negro na sociedade, baseia-se em um passado de lutas, porém recente de conquistas. Em um recorte temporal de 2002 a 2012, tivemos ações efetivas do poder público, ou seja, em um curto período de tempo.

Os negros principalmente, mesmo após a abolição, continuaram vivendo em completa violência e empobrecidos. Alguns momentos importantes formaram a resistência e reação a toda forma de opressão que esse povo vivia. A movimentação desses grupos fazem parte da história do negro brasileiro. A luta na construção de cidadania pela população negra fundamentou a implantação das políticas afirmativas.

Nesse contexto os problemas da educação básica brasileira e a dificuldade do egresso do negro no ensino superior, fazem as cotas raciais serem uma necessidade de reparação. Este trabalho é um estudo bibliográfico, que visa refletir sobre o sistema de cotas brasileiro comparando com outras existentes no mundo e as legislações vigentes implantados que visam promover uma maior igualdade social.

Palavras-chave: cotas raciais; movimentos sociais; negros; sistema educacional.

¹ Licenciado em Geografia, professor da rede básica estadual, fe.lucero@hotmail.com, acadêmico da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

² Paulo Alberto dos Santos Vieira, Professor Doutor na Universidade do Estado de Mato Grosso, vieirapas@yahoo.com.br Programa de Pós-graduação em Educação, Líder do Grupo de Pesquisa sobre Ação Afirmativa e Temas da Educação Básica e Superior (Grafite)

1. INTRODUÇÃO

São mais de 15 anos que o sistema de cotas foram implantados no país. Diante desse cenário, esse artigo busca caracterizar e demonstrar a importância das ações afirmativas em vigor e as lutas para implantação das mesmas. Buscar sistematizar os critérios e representações que foram fundamentais para o poder público atender as reivindicações de grupos organizados da sociedade civil que lutaram e lutam por oportunidades igualitárias aos negros.

O pressuposto desse artigo foi refletir sobre as desigualdades que o Brasil infelizmente possui, as relações sociais ainda são marcadas por diversos preconceitos. Mostra disso são as pesquisas do IBGE, nas quais revelam que os brancos, em relação com negros, têm maiores salários, sofrem menos com o desemprego e maioria frequenta ensino superior. Na prática, deveríamos ser todos iguais, mas não somos, as oportunidades de brancos e negros não são iguais. As políticas públicas vem no sentido de tentar promover essa igualdade, para isso é fundamental entender a importância de oportunidades igualitárias entre brancos e negros, para enfim, elaboração de políticas públicas.

Os intelectuais se baseiam nessas representações ao formularem crítica ou defesa das políticas de ação afirmativa, Claudete de Castro Rech, Luiza Barros Rozas, Sales Augusto dos Santos, Joaquim Barbosa Gomes, são alguns dos autores analisados nesse artigo. Como resultado, boa parte do debate em torno dessas medidas no Brasil, se trava em torno de problemas equívocos ou mesmo falsos, a maioria da população não sabe como as ações afirmativas foram implantadas e o processo histórico de lutas, até sua consolidação.

É necessário continuar um esforço para entender o panorama do atual estado das políticas de inclusão no ensino superior público, bem como qual o tipo de norma que regulamenta essas políticas, compreendendo o público alvo, qual perfil do aluno cotista e seu desempenho acadêmico. Antes da aprovação da Lei das Cotas (Lei nº 12.711/2012) a ação afirmativa se disseminou pelo país de forma heterogênea, a partir de iniciativas locais, como leis estaduais e deliberações de conselhos universitários.

Por meio de análise documental, investigar as maneiras que as ações afirmativas foram julgados e implantadas. Atualmente, observamos um cenário desalentador onde as políticas de inserção dos menos favorecidos estão fragilizadas, a onda totalitária que impulsionaram as eleições de 2018, promoveram grandes mudanças no cenário das cotas. A investigação deve ser um pressuposto de opinião, elaborando uma análise de desempenho, focalizando aspectos procedimentais e diagnósticos, a fim de promover dados sobre a importância das medidas públicas para a inclusão dos grupos fragilizados. Lidar com esse desafio de pressionar o poder

público, objetivando manter e melhorar as políticas que beneficiam categorias sociais, como classe, raça e etnicidade fundamentando critérios de execução das políticas públicas.

2. CONTEXTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

Somente 12,8% dos negros (pretos e pardos), entre os 18 e 24 anos, são estudantes em instituições de ensino superior brasileiras, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes a 2015. A população jovem e negra é a maior vítima da violência urbana, talvez seja esse o motivo do jovem não estar nas universidades. O número de negros mortos pela polícia é três vezes maior que o número de brancos. Isso equivale a dizer que um de nossos jovens, entre 15 e 29 anos, é morto a cada 23 minutos. Trata-se de um extermínio sistemático de jovens negros. É evidente que esse cenário só será minimizado quando o poder público deixar de ser omissivo, ou protagonista desse processo. O Negro deve ocupar cada vez mais os espaços de poder, as cotas raciais são formas alternativas de repensar essa lógica, garantindo o direito de entrar em universidades aos jovens negros.

A realidade do Brasil ainda é herança do longo período de colonização europeia, os negros apresentam maiores taxas entre os analfabetos, começam a trabalhar mais cedo, menores salários e a taxa de desocupação também é a maior, considerando que as pesquisas do IBGE o próprio indivíduo se autodeclara. O Brasil foi um dos últimos países a acabar com a escravidão. Pós-abolição, não houve nenhum projeto de inserção do negro na sociedade brasileira, mesmo depois de libertos, os negros ficaram à própria sorte. Então, o Brasil vai se estruturar sobre aquilo que chamamos de racismo institucional.

Taxa de analfabetismo em 2016

PNAD CONTÍNUA 2016

Branco

4,2%

Pretos ou pardos

9,9%

Rendimento médio de todos os trabalhos

PNAD CONTÍNUA 2017

Branco

R\$ 2814

Pardos

R\$ 1606

Pretos

R\$ 1570

Em 2016, 1.835 crianças de 5 a 7 anos trabalhavam

PNAD CONTÍNUA 2016

Branco

35,8%

Pretas ou pardas

63,8%

Taxa de desocupação

PNAD CONTÍNUA - 4º TRI 2017

Branco

9,5%

Pardos

14,5%

Pretos

13,6%

Figura 1: Comparação de alguns dados dos negros e brancos no Brasil
Fonte: IBGE (2018)

Nesse cenário, a base do sistema educacional tem apresentado muitas dificuldades, apesar de ter avançado nos últimos anos, os problemas da educação no Brasil são consequências da forma que a educação pública foi tratada. Educação básica pública não é prioridade dos governos, os índices não proporcionam bons números, na contramão, a educação privada tem conseguido avançar, apresentando melhores índices. Aqueles que possuem uma situação socioeconômica melhor, estudam nas escolas privadas.

Por outro lado, o inverso acontece na educação superior, as instituições públicas apresentam-se como referências na qualidade de ensino. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) relacionados ao Censo Escolar 2005, registram a situação do aluno brasileiro egresso da escola pública em relação ao ingresso no ensino superior. Apesar das estatísticas oficiais registrarem, para o ano de 2005, que 87,9% dos jovens

matriculados no Ensino Médio brasileiro estavam em escolas públicas, somente 46,8% dentre eles ingressaram no ensino superior. Por outro lado, dos 12,1% de alunos matriculados em escolas particulares de ensino médio, 51,7% destes ingressaram no ensino superior público.

Dessa forma na hora de ingressar no ensino superior, os alunos provenientes das escolas privadas conseguem vaga nas instituições públicas, ou seja, quem estudou na escola privada tem mais chances de conseguir uma vaga na universidade pública, o aluno que estudou na escola pública acaba ingressando em uma universidade privada.

Para minimizar os impactos e a desigualdade existente nas universidades, os movimentos sociais reivindicavam e pressionavam o governo com várias pautas, Santos, 1998, (pg. 25) demonstra as principais pautas da agenda de reivindicações das entidades negras “contemplava basicamente as seguintes áreas: racismo, cultura negra, educação, trabalho, mulher negra e política internacional”. Na educação, neste momento, as reivindicações eram as seguintes:

Contra a discriminação racial e a veiculação de ideias racistas nas escolas; Por melhores condições de acesso ao ensino à comunidade negra; Reformulação dos currículos escolares visando à valorização do papel do negro na História do Brasil e a introdução de matérias como História da África e línguas africanas; Pela participação dos negros na elaboração dos currículos em todos os níveis e órgãos escolares (HASENBALG, 1987).

Na década de 90 o governo atendeu algumas demandas, como por exemplo a revisão de alguns livros didáticos, que tratavam os negros como inferiores. Em decorrência da pressão estabelecida por intelectuais e movimentos sociais negros o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo a importância das lutas antirracistas, as injustiças e discriminações raciais históricas contra os negros no Brasil e dando prosseguimento à construção de um ensino democrático, que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil, sancionou a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

Os movimentos sociais negros, bem como muitos intelectuais negros engajados na luta anti-racismo, levaram mais de meio século para conseguir a obrigatoriedade do estudo da história do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira. (SANTOS, 1998)

Aderindo a pressão popular que os movimentos da sociedade civil estavam apresentando, o governo criou as ações afirmativas, com o objetivo de romper as desigualdades históricas, para que os grupos menos favorecidos, tivessem acesso efetivo nos direitos constitucionais, essenciais para a vida humana. Ações afirmativas de inclusão dos negros, dos estudantes de baixa renda, de indígenas, no ensino superior público, não seriam necessárias se

o papel do Estado fosse cumprido e capaz de garantir preceitos constitucionais, bem como a igualdade.

Os esforços resultaram em políticas públicas, o que reforça a convicção de que tratar das lutas dos sujeitos históricos, possui relevância no que tange a superação das desigualdades raciais. Nesse contexto a educação representa para a população negra a possibilidade de ascender socialmente, as políticas públicas de ações afirmativas, reparatórias da histórica omissão do estado brasileiro, representam o impulso para a promoção da inserção cidadã e do acesso às igualdades de oportunidades. (RECH, 2013)

É inegável que avançamos no quesito de legislações que auxiliam e tentam minimizar o preconceito, porém, esse avanço é lento. A diferença de oportunidades de negros e brancos é gigantesca. Acentua-se o compromisso dos movimentos sociais negros em manter a luta contra as desigualdades, a fim de não deixar que as legislações sejam apenas escrita, a pressão deve ser constante sobre os governos municipais, estaduais e federal para que melhorem as legislações em prol dos grupos menos favorecidos.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E HISTÓRICO DAS POLITICAS AFIRMATIVAS

No contexto histórico, a sociedade brasileira possui uma dívida histórica com os afro descendentes. Considerando que durante séculos a escravidão se pendurou e a luta no campo pelo direito a posse de terras, são realidades em todo o país. A cor da pele, definia se seria subordinado ao branco, isso deixou marcas enraizadas no contexto social brasileiro, uma vez que a reparação desses danos leva um tempo considerável para inserir os grupos menos favorecidos na sociedade de um modo igualitário e justo.

Ações afirmativas podem ser definidas como:

As ações afirmativas representam um conjunto de ações públicas que visam o rompimento de desigualdades históricas ou sociais no acesso ao efetivo exercício de direitos, bens e serviços considerados essenciais para uma vida digna. Desigualdades essas que não conseguem ser rompidas com os mecanismos tradicionais de inclusão social, como a expansão do mercado de trabalho ou o acesso universal à educação (ROZAS, 2009, p. 20).

No entanto é preciso esclarecer sobre a forma que é realizada esta política do ingresso em universidades públicas, via ações afirmativas. Atualmente negros, índios e o mais recente, alunos oriundos de escola pública, possuem o direito de utilizar as cotas.

Mapa das Ações Afirmativas no Brasil

Passa o cursor sobre os pontos para visualizar os dados ou escolhe uma universidade no menu à direita*

Tudo

Escolha uma Universidade

Combinação das AAs**

- Sem AA
- Social
- Étnico-racial
- Ambas
- Outro

Dados das Universidades

Região da Universidade

Tudo

UF da Universidade

Tudo

Tipo de Universidade

Tudo

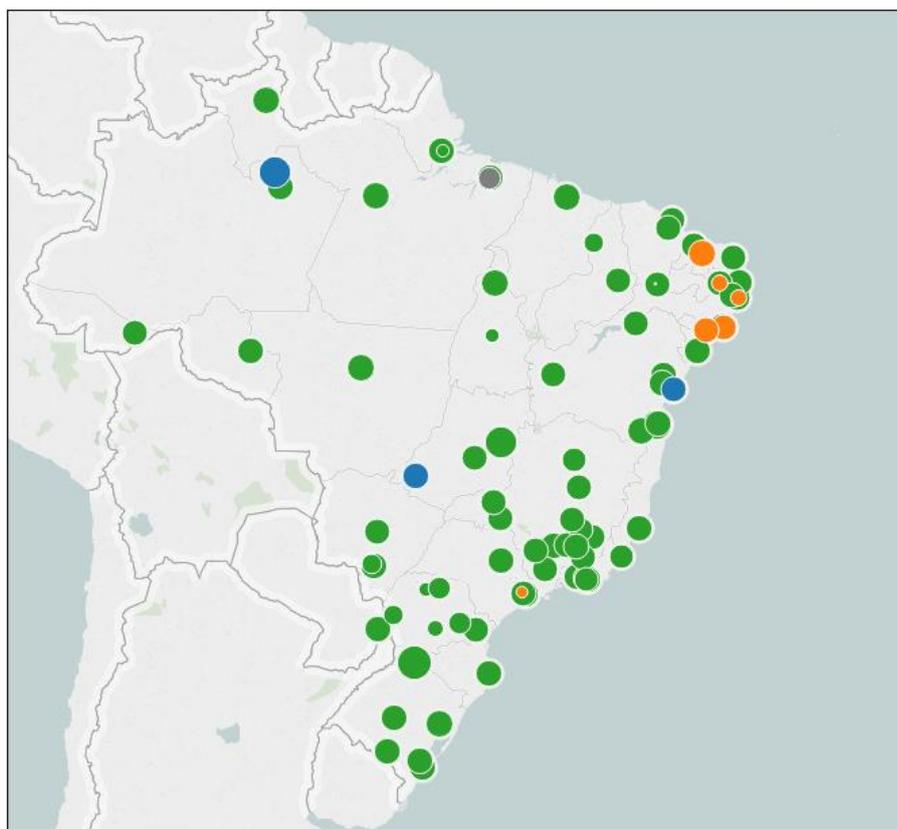
Dados da Ação Afirmativa

Tipo de programa

Tudo

Beneficiários

Tudo



* Para mais dados e informações sobre a metodologia deste levantamento, consulte a seção de publicações

** A categoria "Étnico-racial" engloba as ações afirmativas para negros, indígenas etc., enquanto a categoria "Social" engloba as políticas para estudantes pobres, oriundos de escolas públicas, deficientes físicos etc.

gema

Figura 2: Ações afirmativas no Brasil

Fonte: GEMAA (2019)

Nesse mapa, criado pelo Grupo de estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) observa-se em quais cidades as ações afirmativas são realizadas. Os pontos em verde são as universidades que possuem políticas de egresso, com cota social e étnico-racial, os pontos em azul representam apenas cotas étnico-racial, por último, os pontos laranja apenas utilizam as cotas sociais. Apenas uma universidade pública não utiliza de nenhum tipo de cota, localizada no Ceará, URCA (Universidade Regional do Cariri).

Essas ações não são exclusivas do Brasil, vários países possuem políticas de ações afirmativas, porém o contexto histórico, o período e o desenvolvimento econômico de cada país estabeleceu suas particularidades. Nas democracias, é necessário fundamentar e justificar as

ações aplicadas, principalmente perante a sociedade. Ou seja é imprescindível o debate público, legislativo e jurídico para implantação das ações no Brasil, Feres, 2007, justifica essas ações:

...a legitimidade das políticas de ação afirmativa no Brasil se assenta em três fatos sociológicos muito claros: (1) o perfil sócio-econômico daqueles que se identificam como pretos e pardos é similar e, por seu turno, (2) significativamente inferior ao dos brancos, e (3) juntas essas frações totalizam quase 50 % da população brasileira. Ou seja, ao contrário do que a imagem do contínuo de cores (e, portanto de graus de hierarquia social) sugere, há uma forte linha divisória entre brancos e não brancos em nosso país. (FERES, 2007)

Considerando essa afirmação, é possível entender os motivos que levaram cada país a ter sua própria legislação, o processo histórico apresentou suas particularidades, é necessário pensar em políticas de afirmação do negro. Políticas de valorização daqueles que foram marginalizados e excluídos. A seguir, abordar uma comparação de países nas iniciativas de reserva de vagas no ensino superior.

Após conquistar a independência, na década de 50, a Índia instituiu cotas universitárias para castas inferiores, criminalizou o casteísmo e consagrou em sua constituição o princípio das “políticas de reserva”, medidas voltadas para a proteção e promoção de membros de grupos historicamente discriminados. Entre as medidas, incluem-se cotas de representação política nas legislaturas estaduais e nacionais, cotas de contratação no serviço público e cotas nas instituições públicas de ensino superior³. (FERES, 2007)

Nelson Mandela em 1994, na época presidente da África do Sul, começa a discussão para estabelecer o sistema de cotas. Elas foram elaboradas pelo partido ANC (African National Congress ou Congresso Nacional Africano) após o Apartheid⁴. Denominada a lei BEE (Black Economic Empowerment ou Fortalecimento Econômico Negro, em português) de 2003, estabelece que os negros, pardos e indianos devem ser priorizados em oportunidades. É o mais ambicioso e completo sistema de cotas, garante moradia, benefícios assistenciais e prioridade no mercado de trabalho. As universidades também têm critérios diferentes de admissão conforme a cor do candidato. Há também um plano de se adotar cotas raciais em esportes como o críquete, o futebol e o rúgbi. (FERES, 2007)

Eu lutei contra a dominação branca, e eu lutei contra a dominação negra. Eu nutri o ideal de uma sociedade democrática e livre, na qual todas as pessoas vivem juntas em harmonia e com oportunidades iguais. É um ideal que espero viver para alcançar. Mas, se for preciso, é um ideal pelo qual estou preparado para morrer. (MANDELA, 1994)

³ *Casta* é uma forma de estratificação social caracterizada pela endogamia, pela transmissão hereditária de um estilo de vida.

⁴ *Apartheid* foi um regime de segregação racial implementado na África do Sul em 1948 pelo pastor protestante Daniel François Malan, e adotado até 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional

Temos várias similaridades históricas com os Estados Unidos, utilizamos trabalho escravo africano e a cultura norte-americana exerce uma forte influência no países do continente, nos EUA a cultura negra aparece com visibilidade, acumulando um passado rico de lutas contra a discriminação racial “ou seja, por razões de poder imperial e de protagonismo histórico, o movimento negro americano e suas formas de luta, mobilização e conquista tornou-se um referencial importantíssimo para o movimento negro brasileiro” (FERES, 2007)

Nos Estados Unidos, as leis que amparavam ou apliquem cotas raciais, começou nas décadas de 1960 e 1970, sendo aplicadas em instituições para garantir o acesso de negros em empresas. Há também iniciativas de inclusão de latinos. Atualmente são decididos judicialmente. A última delas, em 2014, vetou tratamento preferencial com base na cor. A decisão diz que a proibição do critério racial para cotas da Universidade de Michigan é constitucional. Em defesa da manutenção dessas políticas, mostra que a ação afirmativa tornou-se um elemento importante na reprodução da sociedade americana.

As várias organizações mundiais contribuíram para as nossas, percebemos que a educação deve ser aliado aos movimentos sociais organizados, em favor de encontrar soluções para a exclusão social, são ferramentas que devem ser lapidadas e discutidas, assim construir novas visões sobre as reivindicações. Portanto, é necessário a elaboração de ações, promover encontros de saberes, mobilização, afim de compreender os saberes construídos historicamente pela sociedade.

4. HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL EM PROL DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

No Brasil, alguns grupos sofrem com desigualdade. Os negros principalmente, mesmo após a abolição, continuaram vivendo em completa violência e empobrecidos. Alguns momentos importantes formaram a resistência e reação a toda forma de opressão que esse povo vivia. A movimentação desses grupos fazem parte da história do negro brasileiro.

O Movimento Social Negro, que já vinha lutando nas sombras pelo reconhecimento do valor do povo negro e pela adoção de políticas de combate ao racismo, encontra nesses imperativos legais, forças e alento para impulsionar a luta (PARANÁ, 2008, p.18).

A luta na construção de cidadania pela população negra fundamentou a implantação das políticas afirmativas. Não aceitar passivamente essa situação, foram os motivos de algumas manifestações, as histórias dessas lutas, serão abordados, considerando que elas foram fundamentais para a implantação de algumas legislações, que também serão mencionadas.

Aqui uma breve definição de alguns movimentos históricos em favor da igualdade; A Revolta da Chibata é um movimento ocorrido no início do século XX. Liderada por um negro, os marujos e marinheiros exigiram o fim das punições e castigos corporais, estes que eram muito severos. A revolta havia durado cinco dias, o governo cedeu e terminava vitoriosa. Desaparecia, assim, o uso da chibata como norma de punição disciplinar na marinha de guerra do Brasil. A Frente Negra Brasileira, foi fundada em 16 de setembro de 1931, organizada por um grupo de militares negros, pós-abolição, situado em São Paulo. Representavam os desejos e aspirações dos negros na década de 30, tentando articular nacionalmente. Ela desempenhou, na história do negro brasileiro, um lugar que o Estado não ocupou em relação à população negra: ofereceu escola, assistência na área de saúde e social, e teve uma atuação política muito marcante. O Teatro Experimental do Negro – TEN, foi fundado no ano de 1944, por Abdias do Nascimento, no Rio de Janeiro. O objetivo do grupo era garantir ao povo negro, educação e cidadania de qualidade. O grupo utilizava o teatro e a arte como instrumentos de expressão, abrindo as portas para os atores e atrizes negros brasileiros. O TEN queria dar um outro olhar a herança cultural africana, fazendo uma releitura a partir do olhar do próprio negro, desmistificando a cultura negra. O Movimento Negro Unificado – MNU, fundada em 18 de junho de 1978, é uma organização fundada da junção de alguns movimentos negros, que já existiam. A luta contra a discriminação racial, as propostas para a superação do racismo na educação escolar, a discussão da questão racial dentro dos partidos da esquerda brasileira, a formação de lideranças políticas negras para atuar nas esferas políticas são algumas das muitas ações do MNU desde a sua fundação. O Movimento das Mulheres Negras, surge a partir da década de 60, é um movimento que destaca a articulação entre raça e gênero dentro das relações étnicos/raciais na sociedade brasileira de um modo geral, dentro dos movimentos sociais busca enfatizar as transformações nas condições de vida e papel da mulheres no Brasil. Infelizmente, a mulher negra continua vivendo uma situação marcada pela dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista e ser negra numa sociedade racista.

Todos esses movimentos históricos possuem algo em comum, buscam uma sociedade mais digna para todos. Enquanto sujeitos sociais, cada cidadão possui um importante papel na sociedade, é necessário entender os fatores históricos. Em nossa era ninguém escravizou ninguém, mas compreender que a dívida é histórica, representa um avanço considerável na trajetória de luta e perseverança, buscando a igualdade de oportunidades. Entretanto, vale destacar que nem todos os movimentos pautaram-se pelas ações afirmativas, existiam várias pautas, como o de baixa renda.

[...] pode-se afirmar que os Movimentos Sociais Negros sabem da importância da educação formal para os negros e para outros grupos sócio raciais de baixa renda lograrem os seus objetivos e serem tratados como cidadãos de direito e de fato na sociedade (SANTOS, 2007, p. 82).

Portanto, para Santos (2007) esses movimentos foram extremamente importantes para implantação de políticas públicas. A resistência, luta e dedicação com a causa, elencou vários motivos para o estado se movimentar em prol do movimento negro brasileiro.

Nesse contexto, é importante destacar, os movimentos redefinem e redimensionam a questão social e racial na sociedade brasileira, dando-lhe uma dimensão e interpretação política. Nesse processo, os movimentos sociais cumprem uma importante tarefa, não só de denúncia e reinterpretação da realidade social e racial brasileira, como, também, de reeducação da população, dos meios políticos e acadêmicos.

5. LEGISLAÇÕES VIGENTES DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO BRASIL

O racismo institucional opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial. Ele foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, como capaz de produzir: “A falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” (Carmichael, S. e Hamilton, 1967, p. 4).

No Brasil, o racismo atravessa as relações sociais, mas também perpassa as instituições, tanto as públicas quanto as privadas. Por aqui, as instituições são resistentes ao povo negro. Algumas legislações foram criadas com a pressão dos movimentos sociais, a fim de minimizar o racismo institucional vigente no país.

Várias legislações foram criadas a partir de 2002. A Lei Estadual nº 2.605/2003, obriga a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a reservar uma cota mínima de 20% de suas vagas nos cursos de graduação destinada ao ingresso de alunos negros.

Tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileiras, a temática racial vem sendo incorporada ao currículo das escolas públicas do país, contribuindo o fortalecimento da identidade negra, elevando a reflexão nas salas de aula, enfrentando o racismo, isso foi viável com a implantação da Lei 10.639/2013. A lei também abre espaço para que a questão racial seja debatida entre alunos, professores, coordenadores e diretores. Essa lei também acrescenta

que o dia 20 de novembro deverá ser incluído no calendário escolar como dia nacional da consciência negra.

O estatuto foi muito importante para a Lei das Cotas, a Lei n.12.288/2010, é composta por 65 artigos trata de pontos fundamentais, como o direito à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à terra, à moradia adequada, ao trabalho, religião e comunicação para garantir os direitos de negras e negros no Brasil. A partir do Estatuto, também foi criada a Ouvidoria Nacional de Igualdade Racial. Ele também possibilitou a criação da lei que instituiu 20% de cotas para negros no serviço público federal e Lei de Cotas no Ensino Superior. Podemos observar que essas legislações são recentes, o governo apenas consolidou e respondeu a luta, pressão da sociedade civil, este que apresenta um processo histórico considerável.

A experiência brasileira com Cotas no Ensino Superior tem se mostrado campo fértil de investigação sobre uma política de ação afirmativa em um país marcado pela desigualdade socioeconômica, e que vem evidenciando novas possibilidades de implementação da medida a partir da superação da dicotomia a favor ou contra. (GUARNIERI, 2017)

São 10 anos em que há avanços concretos em relação à população negra, a expectativa do Movimento Negro, das políticas públicas e de todos aqueles que se posicionam contra o racismo é de construir um país que apresente e crie condições dignas de vida. Oportunidades iguais para toda a sociedade independentemente dos grupos sociais e étnico-raciais, que vivem um histórico comprovado de discriminação e exclusão. Aí, sim, estaremos construindo uma sociedade realmente democrática que respeite e valorize a diversidade.

Atualmente, os municípios de Campinas, Limeira, Hortolândia, Ribeirão Pires, Santa Bárbara D'Oeste no Estado de São Paulo, União dos Palmares em Alagoas, Cuiabá, Porto Alegre e Macapá instituíram o dia 20 de novembro como feriado municipal. O Estado do Rio de Janeiro, durante o governo de Benedita da Silva, aprovou o feriado a nível estadual.

6. A INSERÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE E A RESPONSABILIDADE DA EDUCAÇÃO NESSE PROCESSO

O combate ao racismo ainda é um desafio contemporâneo nas unidades de ensino e sociedade, no art. 5 da constituição brasileira diz: todos são iguais perante a lei, nele são garantidos os direitos a vida, à igualdade, à liberdade, à moradia e a segurança independentemente da cor, religião ou etnia.

Por razões históricas e culturais, esse direito era negligenciado. O entrave enfrentado pelas minorias estão enraizado na cultura brasileira, de tal forma que o preconceito ganha força com leis que minimizem as diferenças. A dificuldade em ascensão social pelas minorias e o

preconceito velado, aumenta a segregação desses grupos. Leandro Karnal, historiador brasileiro afirma, “não se justifica do ponto de vista racional eu fazer qualquer distinção entre pessoas, porém se justifica do ponto de vista histórico no Brasil. Pois nós temos uma injustiça social eterna que não foi superada até hoje.” Portanto as cotas são essenciais, políticas afirmativas são ações positivas.

Para compreender as ações da sociedade, é necessário analisar sua totalidade, todo o conhecimento que os indivíduos possuem. O processo de construção do conhecimento e a experiência na sociedade transmitida pelo indivíduo aos descendentes deve ser considerada. O estudo do espaço produzido/modificado pelo homem é fundamental para analisar e tentar explicar a organização do espaço, procurando compreender as causas das relações humanas dentro da sociedade. Fazendo necessário compreender a forma que os homens se relacionam entre si.

Entender essa relação existente entre a formação intelectual, ética e moral da pessoa, com seu preconceito velado é um desafio na sociedade. Apenas a educação de qualidade para todos poderá exterminar essa exclusão. A discriminação ainda é muito forte, o negro não tem espaço para que se insira no mercado de trabalho, aumentando a criminalidade desse grupo de pessoas. As instituições de educação pública, onde a maioria dos negros estão inseridos, não garantem uma boa qualidade de ensino, diferente de escolas particulares que preparam melhor esses alunos.

O jovem negro infelizmente fica a margem da sociedade, estando muito mais exposto para a inserção na criminalidade, um exemplo disso é a população carcerária. A população total brasileira de negros é 53%, no sistema prisional o número de negros aumenta consideravelmente, chegando a expressivos 64% de negros. A população de brancos tem cerca de 45% da população total, no sistema prisional 35%, reafirmando que os negros são maiorias nos sistemas penitenciários, ou seja, os negros estão mais suscetíveis a criminalidade.

Para mudar esse cenário, as ações afirmativas apresentaram uma melhora na educação dos negros inseridos nas cotas, contribuindo para mudanças importantes no que se refere à organização e participação do negro nos movimentos sociais. As ações sancionadas pelos governos com a pressão dos movimentos, ampliaram as possibilidades para o negro.

Nesse sentido, práticas educativas antirracistas necessitam de avanços no espaço escolar no que diz respeito a ações que contribuam ao incentivo da leitura e para que possam orientar sobre a importância dos movimentos sociais negros no Brasil. Tais organizações sociais atuam historicamente entendendo que a educação, aliada aos movimentos sociais, podem

representar importante ferramenta para a construção de novos significados sobre os processos históricos. (RECH, 2017)

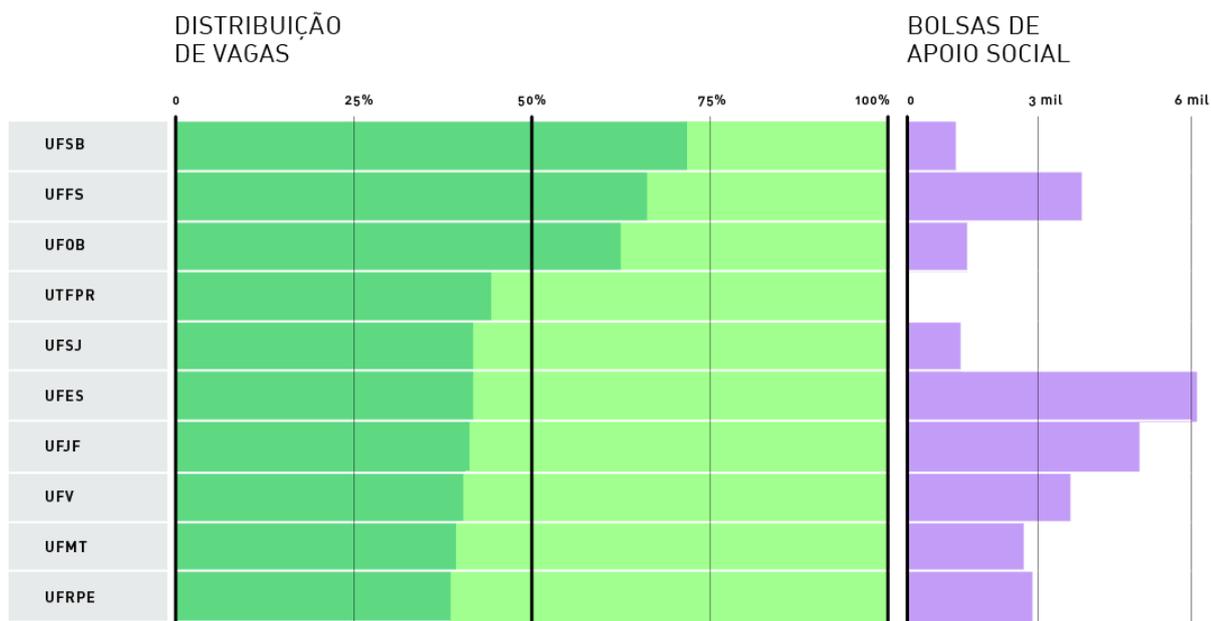
A abordagem de temáticas relacionadas aos movimentos em prol da construção de um país antirracista, baseia-se na educação do Brasil, só através da base, mudará a empatia e reconhecimento do processo de responsabilidade social que cada atitude terá por consequente.

Levantamento divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2016 mostrou que, entre as 150 escolas com os melhores resultados no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), apenas seis eram públicas, quatro delas federais e duas estaduais. Segundo dados do IBGE, o número de universitários negros saltou de 5,5% em 2005 para 12,8% em 2015, mas ainda continua longe dos 26,5% alcançados pela população branca.

UNIVERSIDADES FEDERAIS COM MAIOR PERCENTUAL DE ALUNOS COTISTAS

Entre as 10 instituições com maior proporção de reserva de vagas, a Universidade Federal do Espírito Santo é a que oferece o maior número de bolsas de auxílio aos estudantes

● RESERVA DE VAGAS ● AMPLA CONCORRÊNCIA ● BOLSAS DE APOIO SOCIAL



FONTE CENSO INEP 2017



Figura 3: Bolsas nas Universidades Federais.
Fonte: Censo INEP (2017)

Nesse levantamento, realizado pelo site Gênero e Número, observamos que existe uma diferença na distribuição de vagas nas universidades, o verde forte demonstra a porcentagem de vagas destinadas a vagas de reservas, três universidades apresentam um número maior de vagas destinadas as ações afirmativas do que à ampla concorrência. Em roxo é o número de bolsas de apoio social, um valor financeiro destinado à bolsas dentro da universidade.

Ações afirmativas contribuíram muito para democratizar o acesso à educação e tentar equalizar um pouco as oportunidades para as pessoas, independentemente de sua renda ou raça. Os alunos beneficiados pelas ações afirmativas, devem ter condições de se manter dentro da universidade, para que consiga concluir seus cursos, as bolsas de iniciação científica, PIBIC, são essenciais para a conclusão do curso. Infelizmente, essas bolsas estão sendo contingenciadas pelo atual governo, evidente que estamos em processo recente, ou seja as bolsas não estão consolidadas.

Considera-se um importante avanço essas políticas e principalmente o reconhecimento do estado perante a sociedade, mostrando que as políticas até então vigentes foram ineficazes, incapazes de impedir a reprodução do racismo cultural.

As ações afirmativa é uma forma de diminuir essa desigualdade e reparar erros históricos, para enfatizar a importância da educação nas conquistas pela igualdade racial, pois a Constituição quando estabelece os direitos básicos, princípio da igualdade, o faz de maneira formal. Acreditamos que a adoção de práticas educativas antirracistas, representam instrumentos capazes de promover transformações coletivas e estruturais na sociedade, uma vez que a educação tem como prerrogativa a formação de cidadãos que, muito além de se sentirem parte do mundo, sintam-se capazes de atuar/transformar nele.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É compreensível que a temática das ações afirmativas seja presente em nosso cotidiano, Na educação é mais notório essa diferença, a Constituição garante uma educação para todos, isso é uma responsabilidade do Estado, porem a qualidade desse ensino não é fundamentada. A maioria da população brasileira pobre é negra, conseqüentemente o acesso a uma educação de qualidade é impedida, notando assim uma diferença gigantesca de oportunidades. Quando se trata de ensino superior a diferença social é drástica, a seleção dos aprovados é feita através de um exame (ENEM e Vestibulares) na qual são aprovados os egressos de escolas privadas, alunos que fizeram cursos específicos, preparatórios conforme afirma Barbosa:

Contudo, o acesso à universidade pública é ultralimitado: a seleção dos alunos se faz através de um exame classificatório (vestibular) no qual são aprovados, em sua maioria esmagadora, apenas os alunos egressos das escolas privadas da elite, que além de terem tido o privilégio de frequentar boas escolas indiretamente subvencionadas pelo poder público, dispõem de recursos financeiros para frequentar cursos específicos de preparação para tal exame de admissão ao curso superior. (2000, p.401).

As cotas nas universidades são medidas totalmente pertinentes e necessárias. Os principais pontos positivos da inserção do negro nas universidades, e as demais cotas é a oportunidade que o mesmo terá. Considerando que um aluno cotista é muito questionado, principalmente pelas pessoas que são contra as ações afirmativas, vale a pena destacar o desempenho do aluno cotista, o rendimento é equivalente ou superior aos demais.

Não há diferença prática entre o conhecimento de alunos cotistas e o de seus colegas de classes não cotistas ao final do curso. Não há diferença prática entre o conhecimento de alunos cotistas por razões raciais ou sociais e o de seus colegas de classes que não são cotistas. Não há diferença prática de conhecimentos entre cotistas e não cotistas em classes com média alta nos exames de conhecimento específico. (...) Finalmente, alunos que receberam bolsa do ProUni parecem ter acumulado mais conhecimentos que seus colegas de classes. (WAINER, 2017)

Wainer faz essa análise medindo o rendimento de alunos ao final da graduação e, portanto, é uma melhor aproximação aos conhecimentos totais adquiridos pelo aluno durante o ensino superior e sua preparação para a futura carreira profissional. A grande maioria dos artigos publicados sobre rendimento de alunos cotistas mede o desempenho mais cedo durante o curso, isso mascara o real resultado.

As Cotas Universitárias já fazem parte da realidade brasileira, com a finalidade de reparar o passado de escravidão e exclusão do negro na sociedade. Apresenta-se como alternativa de socialização, promovendo a inserção do jovem negro, em espaços acadêmicos, enriquecendo a universidade com a diversidade. Os movimentos seguem no esforço cotidiano para que essas ações preventivas realmente mudem a realidade de vulnerabilidade que o negro está inserido. Repensar a lógica perversa de violência e dificuldades do negro promovendo a educação qualificada em todos os níveis de ensino.

A divisão do trabalho e as classes sociais compõem o racismo institucional, infelizmente temos nossa humanidade negada quando a discriminação faz parte do cenário social. A base da pirâmide social é composta por negros, nesse sentido podemos afirmar que o quadro racial precisa de uma revolução. Os direitos humanos mais básicos são negados para o negro, o quadro racial hipócrita brasileiro tenta desumanizar as cotas.

A necessidade de uma revolução no pensamento deverá alterar as estruturas sociais, que desestabilize os meios de produção privado, a luta de classes e as lutas raciais devem se alinhar para finalmente conseguir exterminar o preconceito. Atualmente, a cor da pele ainda levam pessoas a serem escolhidas em uma entrevista de emprego, atitude cruel, uma maneira estúpida de julgar a capacidade intelectual do indivíduo, discriminação existe e infelizmente faz parte do nosso cotidiano.

Os movimentos sociais continuarão na resistência e luta em prol de melhores condições para os negros, a luta deve ser cada vez maior, até que a base consiga fornecer as mesmas condições de acesso á toda sociedade.

Nelson Mandela, 1995, disse “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar”. O respeito, a bondade, a união e principalmente o amor, devem ser predominantes para que as diferenças seja reverenciada no seio da sociedade.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

CARMICHAEL, S. e HAMILTON, C. **Black power: the politics of liberation in America**. New York, Vintage, 1967.

FERES JR, J. **Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: EUA e Brasil**, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. 2007.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **O uso da lei no combate ao racismo: direitos difusos e ações civis públicas**, in Antonio Sergio Alfredo Guimarães e Lynn Huntley (orgs): Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GUARNIERI, Fernanda Vieira, **Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica**, Psicologia Escolar e Educacional , SP. Volume 21, Número 2, Maio/Agosto de 2017,183-193.

HASENBALG, Carlos A. **O Negro nas Vésperas do Centenário**. Estudos Afro Asiáticos. (13): 79-86, 1987.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Somos todos iguais? O que dizem as estatísticas**, retratos a revista do ibge, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf Acesso em: 10 de junho de 2019.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, **Censo da educação superior 2008**. Brasília, 2009. Resumo Técnico. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf. Acesso em: 18 abril de 2019.

MEC - **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MEC - Ministério da Educação e Cultura, **Ensino Superior – Coletânea de Legislação Básica**, INEP, Brasília, s/d.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004, p. 106 - 168.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. – Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica – História**. Curitiba: Secretaria da Educação, 2008.

RECH, Claudete de Castro, **Movimento negro e práticas antirracistas: propostas, implementação pedagógica e cotidiano escolar**, Paraná, 2013.

ROZAS, Luiza Barros. **Cotas para negros nas universidades públicas e a sua inserção na realidade jurídica brasileira – por uma nova compreensão epistemológica do princípio constitucional da igualdade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <
[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-21062011-
153542/publico/Luiza_Barros_Rozas_Dissertacao.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-21062011-153542/publico/Luiza_Barros_Rozas_Dissertacao.pdf)>. Acesso em: 16 fev. 2019.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. Brasília. Universidade de Brasília, 2007. 554 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.